

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO

1. DO OBJETO:

1.1. CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO NA ÁREA PREVIDENCIÁRIA COM A ANÁLISE DE PROCESSOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES COM À RESOLUTIVIDADE DE INFORMAÇÕES E DEMANDAS A SEREM ENVIADAS E ACOMPANHADAS JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO – TCE, BEM COMO ACOMPANHAMENTO E ENCAMINHAMENTO DE DEMANDAS VIA SISTEMA DE GESTÃO DE CONSULTAS E NORMAS GESCON-RPPS, JUNTO AO FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE BATURITÉ-CE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO PROJETO BÁSICO.

2. DA JUSTIFICATIVA:

CONSIDERANDO A abertura de procedimento licitatório para contratação de prestação de serviços de assessoria no apoio administrativo na área previdenciária com análise de processos de aposentadoria e pensões a serem encaminhados e acompanhamentos junto ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará e acompanhamento das demandas via Sistema de Gestão Consultas e Normas GESCON-RPPS, e não ter em seu quadro funcional, servidores especializados para a realização de serviços das diversas assessorias constantes deste instrumento.

CONSIDERANDO As crescentes exigências legais, principalmente dos órgãos de fiscalização e controle externo demandam qualificação técnica em constante aperfeiçoamento para absorver as responsabilidades do setor público nos serviços diversos de assessoria e consultoria pública.

CONSIDERANDO que o Fundo de Previdência de Baturité-Ce, não dispõe de equipe técnica para desempenhar a função desejada, faz-se necessária a contratação de pessoal qualificado com conhecimento técnico no apoio administrativo na área previdenciária com análise de processos de aposentadoria e pensões a serem encaminhados e acompanhamentos junto ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará e acompanhamento das demandas via Sistema de Gestão Consultas e Normas GESCON-RPPS, para dar suporte aos agentes públicos e garantindo o atendimento das exigências legais no que concerne as atividades desenvolvidas pelo Fundo de Previdência, dentre outras, visando a observação aos princípios constitucionais, otimizando a utilização dos recursos públicos.

CONSIDERANDO que o Fundo de Previdência de Baturité-Ce mantém mensalmente demandas relacionadas a aposentadorias e pensões já protocolados junto ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará-TCE e outras a serem demandadas, assim faz-se necessário o aporte administrativo no desenvolvimento e cumprimento das atividades relacionadas a benefícios ou obrigações previdenciárias de responsabilidade do Fundo de Previdência.

CONSIDERANDO A abertura de procedimento licitatório para a contratação de assessores qualificados com conhecimento técnico no apoio administrativo na área previdenciária com análise de processos de aposentadoria e pensões a serem encaminhados e acompanhamentos junto ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará e acompanhamento das demandas via Sistema de Gestão Consultas e Normas GESCON-RPPS, faz-se necessário

por não ter em seu quadro funcional, servidores especializados para a realização de serviços para realização das atividades, constantes deste instrumento.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

Item	Descrição	Unidade	Quant.
1	CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS DE ACESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA NO APOIO ADMINISTRATIVO NA ÁREA PREVIDENCIÁRIA COM A ANÁLISE DE PROCESSOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES COM À RESOLUTIVIDADE DE INFORMAÇÕES E DEMANDAS A SEREM ENVIADAS E ACOMPANHADAS JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO – TCE, BEM COMO ACOMPANHAMENTO E ENCAMINHAMENTO DE DEMANDAS VIA SISTEMA DE GESTÃO DE CONSULTAS E NORMAS GESCON-RPPS, JUNTO AO FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE BATURITÉ-CE., CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO PROJETO BÁSICO	MÊS	12

OBJETIVOS GERAIS:

Este termo de referência tem como objetivo, a seleção de melhor proposta de preços para prestação de serviços técnicos profissionais especializados de assessoria e consultoria técnica no apoio administrativa na área previdenciária com o análise de processos de aposentadoria e pensões com à resolutividade de informações e demandas a serem enviadas e acompanhadas junto ao Tribunal de Contas do Estado – TCE, bem como acompanhamento e encaminhamento de demandas via sistema de gestão de consultas e normas GESCON-RPPS, junto ao Fundo de Previdência de Baturité-ce., conforme especificações constantes neste projeto básico.

OBJETIVOS ESPECIFICOS:

A Assessoria e Consultoria no Apoio Administrativo Previdenciário tem como objetivo desenvolver tarefas para adequar os procedimentos administrativos e supri-los de instrumentos e rotinas que possam proporcionar a administração da instituição a tomada de decisões e devido acompanhamento das atividades diárias dos atos de aposentadoria e pensões, onde tem como objetivo, orientar e assessorar no direcionamento de suas ações, a fim de cumprir as finalidades a que se propõe e, deverá atuar nas diversas atividades administrativas do Fundo de Previdência de Baturité-Ce, sendo capazes de auxiliar no desenvolvimento dos tramites diários com pessoal capacitado com vistas ao atendimento do objeto pactuado.

DO DETALHAMENTO DO SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS:

ANÁLISE E ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES JUNTO AO TCE E ACOMPANHAMENTO DE DEMANDAS VIA GESCON

- INSTRUÇÃO DOS PROCESSOS DE APOSENTADORIAS E PENSÕES, MEDIANTE

A ELABORAÇÃO DE INFORMAÇÃO FUNCIONAL, DE DECLARAÇÕES DE PERCEPÇÃO OU NÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS, DE AVERBAÇÃO E DE CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, DE PLANILHA DE CÁLCULO DO BENEFÍCIO, DE MINUTA DO ATO DE APOSENTADORIA, DO EDITAL DE PUBLICAÇÃO E DO PARECER JURÍDICO OPINATIVO SOBRE O DIREITO DO SEGURADO, PREVIDÊNCIA EXIGIDA PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO;

- AUXÍLIO TÉCNICO NA MONTAGEM DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS A SEREM ENCAMINHADOS AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO;
- ACOMPANHAMENTO DOS TRAMITES DOS PROCESSOS JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO;
- PRESTAR ASSESSORIA NA ELABORAÇÃO DE RESPOSTAS A EVENTUAIS QUESTIONAMENTOS E ESCLARECIMENTOS A SEREM EXIGIDOS PELOS ÓRGÃOS FISCALIZADORES, E NA ELABORAÇÃO DE OUTROS DOCUMENTOS QUE VENHA A SER EXIGIDO POR FORÇA DE LEI ESTADUAL OU FEDERAL;
- AUXÍLIO DA ELABORAÇÃO DE DEFESA DO SERVIDOR E DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE POTIRETAMA NOS PROCESSOS DESENVOLVIDOS EM DILIGÊNCIA PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO;
- ATUALIZAÇÃO DOS PROVENTOS E DAS PENSÕES DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO FEDERAL (PELO REAJUSTE DO SALÁRIO MÍNIMO E PELOS ÍNDICES DOS BENEFÍCIOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL) E CONFORME LEGISLAÇÃO MUNICIPAL;
- EMISSÃO DE PARECERES TÉCNICOS SOBRE MATÉRIAS ADMINISTRATIVAS E PREVIDENCIÁRIAS;
- ACOMPANHAMENTO DO CADASTRO DE CONSULTAS RELACIONADAS ÀS INFORMAÇÕES SOBRE OS RPPS E SOBRE OS SISTEMAS DA SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA (SPREV) NO SISTEMA DE GESTÃO DE CONSULTAS E NORMAS GESCON-RPPS;
- ORIENTAÇÃO NO ACESSO A CONSULTAS RESPONDIDAS EFETUADAS POR OUTROS ENTES À SPREV NO SISTEMA DE GESTÃO DE CONSULTAS E NORMAS GESCON-RPPS;
- ACOMPANHAMENTO NO SISTEMA DE GESTÃO DE CONSULTAS E NORMAS GESCON-RPPS; NO GERENCIAMENTO DE DÚVIDAS E QUESTIONAMENTOS SOBRE LEGISLAÇÃO E UTILIZAÇÃO DOS SISTEMAS;

5. PRAZO DE EXECUÇÃO E DURAÇÃO DO CONTRATO:

5.1. O prazo de execução do(s) serviço(s) objeto desta contratação se dará a partir da data da assinatura do contrato até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado na forma da lei.

5.2. O contrato terá um prazo de vigência a partir da data da assinatura até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos casos e formas previstos na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

6. DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

6.1. Os serviços deverão ser iniciados no prazo máximo de (05 cinco) dias, após a emissão da ordem de serviços, nos locais determinados pela Secretaria de Competência.

6.2. Para os serviços objeto deste projeto básico deverá ser disponibilizados de forma presencial, na sede da prefeitura, e não presencial, conforme abaixo especificados:

6.2.1. A carga horária PRESENCIAL refere-se à demanda realizada no âmbito do Órgão Contratante, realizado somente por profissionais devidamente habilitados, e em observância ao que prescreve o instrumento convocatório/edital e seus anexos, avocando para si todas as despesas decorrentes tais como (custo com mão de obra, transporte, alimentação e hospedagem), isentando o Município de qualquer despesa adicional.

6.2.2. A carga horária NÃO PRESENCIAL refere-se à demanda consultiva prestada por escrito através de correio eletrônico (e-mail), de forma convencional via consulta escrita formalizada, via telefone, chat de mensagem, ou outro recurso de tecnologia de comunicação e informação, que será ilimitada e em tempo integral, prestada pela contratada em local indicado por esta.

6.2.2.1 Os serviços NÃO PRESENCIAIS em tempo integral de consultoria serão prestados em local indicado pela contratada, sem limite de quantidade para realização de consultas a serem feitas por servidores do município decorrentes de dúvidas suscitadas em face de fatos supervenientes, devendo toda e qualquer orientação ser dada de forma formal, preferencialmente no formato de parecer, somente por profissionais devidamente habilitados, e em observância ao que prescreve o instrumento convocatório/edital e seus anexos.

7. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

7.1. Obriga-se a CONTRATADA a:

7.1.1. A futura Contratada deverá prestar os serviços objeto desta licitação em conformidade com o que prescreve as especificações do instrumento convocatório/edital, em conformidade ainda com o teor do Anexo III – Minuta do Instrumento Contratual e em observância aos ditames da Lei Federal nº 8.666/93, instrumentos estes que fazem parte integrante deste Termo para todos os efeitos legais e de direito, independentemente de transcrição.

7.1.2. Disponibilizar para a prestação dos serviços somente profissionais devidamente qualificados para a prestação dos serviços objeto desta licitação, objetivando lograr êxito e segurança, avocando para si toda a responsabilidade de forma a resguardar o Município de eventuais prejuízos decorrentes de qualquer demanda judicial.

7.1.3. Manter sob sua guarda e total responsabilidade eventuais documentos disponibilizados pelo Município.

7.1.4. Prestar Consultoria e Assessoria em suas instalações durante o expediente normal e sem limite de consultas objetivando dirimir dúvidas suscitadas por servidores do Município de Baturité/CE.

7.1.5. As eventuais consultas formuladas por servidores municipais, objetivando elucidar dúvidas, poderão ser efetuadas informalmente via telefone ou pessoalmente, ou através de e-mails, ou correspondência durante o expediente normal de funcionamento do órgão, sem limite de quantidade.

7.1.6. Repassar em tempo hábil ao Município informações que julgar necessárias dentre elas para providencias de pagamento de emolumentos ou taxas em tempo hábil.

7.1.7. Independentemente da fiscalização feita pela Contratante, a contratada é a única e exclusiva responsável por danos e prejuízos que vier a causar ao Contratante ou a terceiros, em decorrência da execução dos serviços, sem quaisquer ônus para o Município Contratante.

7.1.8. Aceitar as supressões e acréscimos desta licitação, objeto de contrato, em conformidade com o que prescreve o § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

7.1.9. A contratada se submete as obrigações quanto à propriedade, seguranças e sigilo de informações prevista no Termo de Referência.

7.1.10. Pagar seus empregados no prazo previsto em lei, sendo, também de sua responsabilidade o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, FGTS, PIS emolumentos, seguros de acidentes de trabalho, etc, ficando excluída qualquer solidariedade da Prefeitura Municipal de Baturité/CE, por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência da CONTRATADA, com referência às suas obrigações, não se transfere a Prefeitura Municipal de Baturité/CE.

7.1.11. Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do CONTRATO.

7.1.12. Respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente.

7.1.13. Disponibilizar profissionais experientes e com capacidade técnica operacional para realizar o levantamento e formalização dos dados, para que os mesmos possam fazer parte da apresentação do relatório final.

7.1.14. Emissão de relatórios dos serviços prestados e apresentação do relatório final;

7.1.15. Seguir plena e fielmente as especificações contidas no Termo de Referência.

7.2. Obriga-se a CONTRATANTE a:

7.2.1. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o fornecimento dos serviços.

7.2.2. Acompanhar, controlar e avaliar os serviços prestados observando os padrões de qualidade, através da unidade responsável pela gestão do contrato.

7.2.3. Prestar à Contratada, em tempo hábil, as informações eventualmente necessárias à prestação dos serviços.

7.2.4. Atestar as faturas e relatórios correspondentes à prestação de serviços por intermédio do servidor competente.

7.2.5. Efetuar o pagamento devido pela execução dos serviços, no prazo estabelecido, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências previstas.

8. DA SEGURANÇA E DO SIGILO

8.1. A CONTRATADA será responsável pela segurança, guarda, manutenção e integridade dos dados, programas e procedimentos físicos de armazenamento e transporte das informações existentes ou geradas durante a execução dos serviços, em conformidade com a legislação vigente.

8.2. Guardar o mais absoluto sigilo em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza a que venham tomar conhecimento, respondendo administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e/ou incorreta ou descuidada utilização

9. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

9.1. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões no quantitativo do objeto contratual, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato, conforme o disposto no § 4º, do art. 65, da Lei de Licitações.

10. PAGAMENTO, REAJUSTAMENTO, REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E REGIME DE EXECUÇÃO

10.1. Os pagamentos serão feitos de acordo com a realização dos serviços, em até 30 (trinta) dias do mês subsequente ao adimplemento da obrigação e encaminhamento da documentação tratada neste subitem observadas as disposições editalícias, através de crédito na Conta Bancária do fornecedor ou através de cheque nominal, de acordo com os valores contidos na Proposta de Preços do licitante em conformidade com projeto básico.

10.2. Por ocasião da realização dos serviços o contratado deverá apresentar recibo em 02 (duas) vias e a respectiva Nota Fiscal. A Fatura e Nota Fiscal deverão ser emitidas em nome da PREFEITURA MUNICIPAL DE BATURITÉ/CE.

10.3. O pagamento fica condicionado, à satisfação de todas as condições estabelecidas em contrato e da comprovação de regularidade para com os encargos previdenciários, trabalhistas e fiscais;

10.3.1. Deverá vir acompanhada a fatura da nota fiscal os seguintes documentos:

a). Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, na forma da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de outubro de 2014; **(observado o que dispõe o art. 3º, parágrafo único da EC nº. 106, promulgada em 7 de maio de 2020)**

b). A comprovação de regularidade para com a Fazenda Estadual deverá ser feita através de Certidão Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Estadual;

c). A comprovação de regularidade para com a Fazenda Municipal deverá ser feita através de Certidão Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Municipal;

d). Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, através de apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS;

e). Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa.

10.4. Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que no prazo de 5 (cinco) dias úteis regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.5. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto a existência de pagamento



a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.6. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.7. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto a regularidade fiscal e trabalhista.

10.8. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.10. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.11. REAJUSTE: O valor do presente Contrato não será objeto de reajuste antes de decorridos 12 (doze) meses do seu registro, hipótese na qual poderá ser utilizado o índice IGP-M da Fundação Getúlio Vargas.

10.12. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO: Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do artigo 65, II, "d" da Lei Federal nº 8.666/93, alterada e consolidada.

10.13. Independentemente de declaração expressa, fica subentendido que, no valor pago pelo contratante, estão incluídas todas as despesas necessárias à execução dos serviços, inclusive as relacionadas com materiais, equipamentos e mão-de-obra.

10.14. REGIME DE EXECUÇÃO: O Regime de execução será indireta em empreitada por preço unitário

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. A licitante que, convocada pela Comissão Permanente de Licitação para assinar o instrumento de contrato, se recusar a fazê-lo dentro do prazo previsto nesta TOMADA DE PREÇOS, sem motivo justificado aceito pela CPL, estará sujeita à suspensão temporária de participação em licitação promovida pelos órgãos do Município de Baturité/CE, pelo prazo de 02 (dois) anos.

11.2. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada à multa de mora prevista no presente Termo podendo a PMB rescindir unilateralmente o contrato. À contratada será aplicada, ainda, a pena de SUSPENSÃO de participação em licitação promovida pelos órgãos do Município de Baturité/CE, pelo prazo de 02 (dois) anos, período durante o qual estará impedida de contratar com o Município de Baturité/CE.

11.3. Em caso de a Licitante ou Contratada ser reincidente será declarada como inidônea para licitar e contratar com o Município de Baturité/CE.

11.4. As sanções previstas neste Edital serão aplicadas pela PMB, a licitante vencedora desta licitação ou à Contratada, facultada a defesa prévia da interessada nos seguintes casos:

11.4.1 - de 5 (cinco) dias úteis, nos casos de ADVERTÊNCIA e de SUSPENSÃO;

11.4.2 - de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo, no caso de DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM O MUNICÍPIO DE BATURITÉ/CE.

11.5. As sanções de ADVERTÊNCIA, SUSPENSÃO e DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM O MUNICÍPIO DE BATURITÉ/CE poderão ser aplicadas juntamente com as de MULTA prevista neste Termo;

11.6. As sanções de SUSPENSÃO e de DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM O MUNICÍPIO DE BATURITÉ/CE, poderão também ser aplicadas às licitantes ou aos profissionais que, em razão dos contratos firmados com qualquer órgão da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

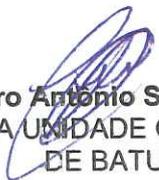
II - tenham praticados atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III - demonstrem possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública em virtude de atos ilícitos praticados.

11.7. Somente após a Contratada ressarcir o Município de Baturité/CE, pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo de SUSPENSÃO aplicada é que poderá ser promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a sanção.

11.8. A declaração de idoneidade é da competência da(s) Secretaria(s) Contratante(s) do município de Baturité/CE.

Baturité/CE, 06 de FEVEREIRO de 2023.


Cícero Antônio Sousa Bezerra

ORDENADOR DE DESPESAS DA UNIDADE GESTORA DO FJNDC DE PREVIDENCIA
DE BATURITÉ

ANEXO II - MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

LOCAL E DATA

À
 Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de BATURITÉ/CE.

REF.: TOMADA DE PREÇO Nº ____/2023

OBJETO:

PREZADOS SENHORES,

Apresentamos a Vossas Senhorias nossa proposta para execução dos serviços objeto do Edital de TOMADA DE PREÇO Nº ____/2023, pelo preço global de R\$ _____ (_____) com prazo de execução _____, conforme planilha de preços a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS DE ACESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA NO APOIO ADMINISTRATIVO NA ÁREA PREVIDENCIÁRIA COM A ANÁLISE DE PROCESSOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES COM À RESOLUTIVIDADE DE INFORMAÇÕES E DEMANDAS A SEREM ENVIADAS E ACOMPANHADAS JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO – TCE, BEM COMO ACOMPANHAMENTO E ENCAMINHAMENTO DE DEMANDAS VIA SISTEMA DE GESTÃO DE CONSULTAS E NORMAS GESCON-RPPS, JUNTO AO FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE BATURITÉ-CE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO PROJETO BÁSICO.	Mês	12	Em algarismos e por extenso	Em algarismos e por extenso

Neste ato, declaramos de que assumimos inteira responsabilidade pelos serviços prestados e, que serão executados conforme exigência editalícia e contratual, e que serão iniciados a partir da ordem de serviços.





Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos a assinar o contrato no prazo determinado no documento de convocação, indicando para esse fim o Sr. _____, Carteira de Identidade nº. _____ expedida em __/__/____, Órgão Expedidor _____ e CPF nº _____, como representante legal desta empresa.

DADOS DO PROPONENTE:

- a) Razão Social
- b) Endereço
- c) Telefone
- d) E-mail
- e) CNPJ:
- f) Banco/Agência e Conta Corrente:

Informamos que o prazo de validade da nossa proposta é de (.....) dias, contados da data de sua apresentação. (OBS.: Não inferior a 60 dias)

Nesta oportunidade, DECLARAMOS que no valor proposto estão inclusos os impostos, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas pertinentes à execução dos serviços; que assumimos inteira responsabilidade pela execução dos serviços objeto deste edital; que os mesmos serão executados conforme exigência editalícia e contratual e que serão iniciados dentro do prazo ali estipulado.

Atenciosamente,

.....
FIRMA PROPONENTE / CNPJ
CARIMBO DA EMPRESA

.....
REPRESENTANTE LEGAL / CPF



ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE BATURITÉ/CE, ATRAVÉS DA SECRETARIA DA, COM, NAS CONDIÇÕES ABAIXO PACTUADAS:

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BATURITÉ/CE**, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Praça da Matriz, S/N. Palácio Entre Rios, Centro, BATURITÉ/CE – CEP: 62.760.000, inscrita no CNPJ sob o nº 07.387.343/0001-08, através da Secretaria da neste ato representado(a) por seu(sua) Ordenador(a) de Despesas, Sr., doravante denominada de CONTRATANTE, e, do outro lado, com endereço à, inscrita no CNPJ sob o nº, representado(a) por, portador do CPF nº, ao fim assinado, doravante denominada de CONTRATADA, de acordo com o Edital de TOMADA DE PREÇO nº ___/2023, em conformidade com o que preceitua a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, sujeitando-se os contratantes às suas normas e às cláusulas e condições a seguir ajustadas:

CLAUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1- Fundamenta-se este contrato na Tomada de Preços nº ___/2023, devidamente homologada pela autoridade competente, ao fim assinado e a proposta da Contratada, tudo parte integrante deste Termo Contratual, independente de transcrição, na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLAUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

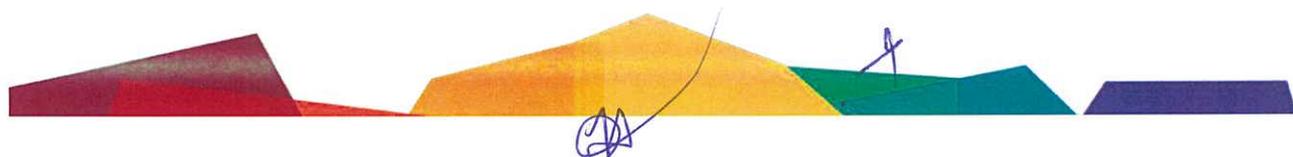
2.1- O presente contrato tem por objeto a Contratação de

CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR CONTRATUAL, DO PAGAMENTO, DO REAJUSTAMENTO, REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E REGIME DE EXECUÇÃO

3.1- O Valor Global da presente avença é de R\$ _____ (_____), a ser pago mensalmente, em conformidade com a execução dos serviços prestados no período respectivo, mediante atesto do recebimento do serviço prestado e notas fiscais/faturas, observadas as condições da proposta adjudicada e o seguinte:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTD.	VR. UNIT.	VR. TOTAL
VALOR GLOBAL R\$					
(valor global por extenso)					

3.2- Os pagamentos serão feitos de acordo com a realização dos serviços, em até 30 (trinta) dias do mês subsequente ao adimplemento da obrigação e encaminhamento da documentação tratada neste subitem, observadas as disposições editalícias, através de crédito na Conta





Bancária do fornecedor ou através de cheque nominal, de acordo com os valores contidos na Proposta de Preços do licitante em conformidade com projeto básico.

3.3- Por ocasião da realização dos serviços o contratado deverá apresentar recibo em 02 (duas) vias e a respectiva Nota Fiscal. A Fatura e Nota Fiscal deverão ser emitidas em nome da PREFEITURA MUNICIPAL DE BATURITÉ/CE.

3.4- O pagamento fica condicionado, à satisfação de todas as condições estabelecidas em contrato e da comprovação de regularidade para com os encargos previdenciários, trabalhistas e fiscais;

3.4.1- Deverá vir acompanhada a fatura da nota fiscal os seguintes documentos:

a). Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, na forma da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de outubro de 2014; **(observado o que dispõe o art. 3º, parágrafo único da EC nº. 106, promulgada em 7 de maio de 2020)**

b). A comprovação de regularidade para com a Fazenda Estadual deverá ser feita através de Certidão Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Estadual;

c). A comprovação de regularidade para com a Fazenda Municipal deverá ser feita através de Certidão Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Municipal;

d). Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, através de apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS;

e). Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa.

3.5- Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

3.6- Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

3.7- Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

3.8- Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto a regularidade fiscal.

3.9- Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.



3.10- Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

3.11- A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

3.12- REAJUSTE: O valor do presente Contrato não será objeto de reajuste antes de decorridos 12 (doze) meses do seu registro, hipótese na qual poderá ser utilizado o índice IGP-M da Fundação Getúlio Vargas.

3.13- REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO: Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratua, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do artigo 65, II, "d" da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada.

3.14- Independentemente de declaração expressa, fica subentendido que, no valor pago pelo contratante, estão incluídas todas as despesas necessárias à execução dos serviços, inclusive as relacionadas com materiais, equipamentos e mão-de-obra.

3.15- REGIME DE EXECUÇÃO: O Regime de execução será indireta em empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E VIGÊNCIA CONTRATUAL

4.1- O presente instrumento terá prazo de execução e **vigência até 12 (doze) meses**, vigorando, assim, até ____ de _____ de _____, podendo ser prorrogada, a critério das partes, na forma do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93, alterada e consolidada.

4.2- Os serviços deverão ser iniciados no prazo máximo de 05 (cinco) dias, após a emissão da ordem de serviços, nos locais determinados pela Secretaria de

CLAUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1- A Contratada deverá prestar os serviços objeto desta licitação em conformidade com o que prescreve as especificações do instrumento convocatório/edital, em conformidade ainda com o teor do Anexo I e em observância aos ditames da Lei Federal nº 8.666/93, instrumentos estes que fazem parte integrante deste Termo de Referência para todos os efeitos legais e de direito, independentemente de transcrição.

5.2- Disponibilizar para a prestação dos serviços somente profissionais devidamente qualificados para a prestação dos serviços objeto desta licitação, objetivando lograr êxito e segurança, avocando para si toda a responsabilidade de forma a resguardar o Município de eventuais prejuízos decorrentes de qualquer demanda judicial.

5.3- Manter sob sua guarda e total responsabilidade eventuais documentos disponibilizados pelo Município.

5.4- Prestar de Consultoria e Assessoria em suas instâncias durante o expediente normal e sem limite de consultas objetivando dirimir dúvidas suscitadas por servidores do Município de BATURITÉ/CE.

5.5- As eventuais consultas formuladas por servidores municipais, objetivando elucidar dúvidas, poderão ser efetuadas informalmente via telefone ou pessoalmente, ou através de e-mails, ou correspondência durante o expediente normal de funcionamento do órgão, sem limite de quantidade.

5.6- Repassar em tempo hábil ao Município informações que julgar necessárias dentre elas para providências de pagamento de emolumentos ou taxas em tempo hábil.

5.7- Independentemente da fiscalização feita pela Contratante, a contratada é a única e exclusiva responsável por danos e prejuízos que vier a causar ao Contratante ou a terceiros, em decorrência da execução dos serviços, sem quaisquer ônus para o Município Contratante.

5.8- Aceitar as supressões e acréscimos desta licitação, objeto de contrato, em conformidade com o que prescreve o § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

5.9- A contratada se submete as obrigações quanto a propriedade, seguranças e sigilo de informações prevista no Termo de Referência.

5.10- Pagar seus empregados no prazo previsto em lei, sendo, também, de sua responsabilidade o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, FGTS, PIS, emolumentos, seguros de acidentes de trabalho, etc, ficando excluída qualquer solidariedade da Prefeitura Municipal de BATURITÉ/CE por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência da CONTRATADA, com referência às suas obrigações, não se transfere a Prefeitura Municipal de BATURITÉ/CE;

5.11- Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do CONTRATO;

5.12- Respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente.

5.13- Disponibilizar profissionais experientes e com capacidade técnica operacional para realizar o levantamento e formalização dos dados, para que os mesmos possam fazer parte da apresentação do relatório final;

5.14- Emissão de relatórios dos serviços prestados e apresentação do relatório final em apostila, CD e Power Point;

5.15- Seguir plena e fielmente as especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I.

CLAUSULA SEXTA - OBRIGA-SE A CONTRATANTE a:

6.1- Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o fornecimento dos serviços.

6.2- Acompanhar, controlar e avaliar os serviços prestados observando os padrões de qualidade, através da unidade responsável pela gestão do contrato.



6.3- Prestar à Contratada, em tempo hábil, as informações eventualmente necessárias à prestação dos serviços.

6.4- Atestar as faturas e relatórios correspondentes à prestação de serviços, por intermédio do servidor competente.

6.5- Efetuar o pagamento devido pela execução dos serviços, no prazo estabelecido, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências previstas.

CLAUSULA SÉTIMA - DA SEGURANÇA E DO SIGILO

7.1- A CONTRATADA será responsável pela segurança, guarda, manutenção e integridade dos dados, programas e procedimentos físicos de armazenamento e transporte das informações existentes ou geradas durante a execução dos serviços, em conformidade com a legislação vigente.

7.2- Guardar o mais absoluto sigilo em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza a que venham tomar conhecimento, respondendo administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e/ou incorreta ou descuidada utilização.

CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

8.1- A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões no quantitativo do objeto contratual, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato, conforme o disposto no § 1º, do art. 65, da Lei de Licitações.

CLÁUSULA NONA - DA ORIGEM DOS RECURSOS

9.1- As despesas deste contrato correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

UNIDADE ADMINISTRATIVA	ÓRGÃO - PROGRAMA/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESAS	FONTE DE RECURSO

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES

10.1- A licitante que, convocada pela Comissão Permanente de Licitação para assinar o instrumento de contrato, se recusar a fazê-lo dentro do prazo previsto nesta TOMADA DE PREÇOS, sem motivo justificado aceito pela CPL, estará sujeita à suspensão temporária de participação em licitação promovida pelos órgãos do Município de BATURITÉ/CE, pelo prazo de 02 (dois) anos.

10.2- O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada à multa de mora prevista no presente Edital, podendo a FMB rescindir unilateralmente o contrato. À contratada será aplicada, ainda, a pena de SUSPENSÃO de participação em licitação promovida pelos órgãos do Município de BATURITÉ/CE, pelo prazo de 02 (dois) anos, período durante o qual estará impedida de contratar com o Município de BATURITÉ/CE.

10.3 - Em caso de a Licitante ou Contratada ser reincidente, será declarada como inidônea para licitar e contratar com o Município de BATURITÉ/CE.

10.4 - As sanções previstas neste Edital serão aplicadas pela PME, à licitante vencedora desta licitação ou à Contratada, facultada a defesa prévia da interessada nos seguintes casos:

- 10.4.1- de 5 (cinco) dias úteis, nos casos de ADVERTÊNCIA e de SUSPENSÃO;
- 10.4.2 - de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo, no caso de DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM O MUNICÍPIO DE BATURITÉ/CE.
- 10.5- As sanções de ADVERTÊNCIA, SUSPENSÃO e DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM O MUNICÍPIO DE BATURITÉ/CE poderão ser aplicadas juntamente com as de MULTA prevista neste Edital;
- 10.6- As sanções de SUSPENSÃO e de DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM O MUNICÍPIO DE BATURITÉ/CE, poderão também ser aplicadas às licitantes ou aos profissionais que, em razão dos contratos firmados com qualquer órgão da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal:
- I - tenha sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - II - tenham praticados atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - III - demonstrem possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública em virtude de atos ilícitos praticados.
- 10.7- Somente após a Contratada ressarcir o Município de BATURITÉ/CE pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo de SUSPENSÃO aplicada é que poderá ser promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a sanção.
- 10.8- A declaração de idoneidade é da competência da(s) Secretaria(s) Contratante(s) do município de BATURITÉ/CE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 11.1- A realização dos serviços será de acordo com as solicitações requisitadas pela Contratante, devendo os mesmos serem executados após o recebimento da respectiva Ordem de serviço, junto à sede da Secretaria Municipal competente, ou onde for mencionado na respectiva Ordem de serviço;
- 11.2- O recebimento dos serviços será efetuado nos seguintes termos:
- 11.2.1- Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do serviço com a especificação;
 - 11.2.2- Definitivamente após verificação da qualidade e quantidade do serviço, pelo setor responsável pela solicitação e consequentemente aceitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

- 12.1- A rescisão contratual poderá ser:
- 12.2- Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, ou pela CONTRATADA pelo descumprimento de qualquer das cláusulas contratuais;
 - 12.3- Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da ADMINISTRAÇÃO;
 - 12.4- Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa do CONTRATADO, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;



12.5- A rescisão contratual de que trata o inciso I, do art. 78, acarreta as consequências previstas no art. 80, incisos I a V, ambos da Lei n  8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZA O

13.1- A execu o contratual será acompanhada e fiscalizada pela SECRETARIA DE ADMINISTRA O, FINANÇAS E PLANEJAMENTO, através de servidor especialmente designado para este fim pela CONTRATANTE, de acordo com o estabelecido no art. 67. da Lei Federal n  8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSI OES FINAIS

14.1- Declaram as partes que este Contrato corresponde   manifesta o final, completa e exclusiva, do acordo entre elas celebrado;

14.2- Obrigac o do contratado de manter, durante toda a execu o do Contrato, em compatibilidade com as obriga es por ele assumidas, todas as condi oes de habilita o e qualifica o exigidas na licita o.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1- Fica eleito o foro da Comarca de Baturité/CE, para conhecimento das questões relacionadas com o presente Contrato que não forem resolvidos pelos meios administrativos.

E, assim, inteiramente acordados nas cláusulas e condi oes retro-estipuladas, as partes contratantes assinam o presente instrumento, em duas vias, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

_____ /CE, ____ de _____ de 2023.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

01.

Nome:
CPF/MF:

02.

Nome:
CPF/MF:



ANEXO IV

MINUTA DE DECLARAÇÃO (Artigo. 27, inciso V, da Lei Federal nº 8.666/93 e inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal).

Ref.: TOMADA DE PREÇOS Nº ____/2023

DECLARAMOS, para todos os fins e sob as penas da lei, que não executamos trabalho noturno, perigoso ou insalubre com menores de dezoito anos e de qualquer trabalho com menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e de conformidade com a exigência prevista no inciso V, do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

_____/CE, __ de _____ de 2023.

Carimbo e assinatura do representante legal da empresa.

ANEXO V

MINUTA DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Ref.: TOMADA DE PREÇOS Nº ____/2023

....., inscrita no CNPJ no, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.), portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF no, DECLARA, para fins do disposto no subitem 6.1 do Edital, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

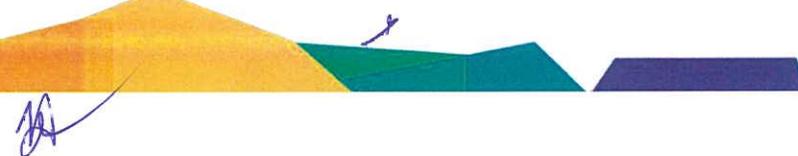
Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

.....
(local e data)

.....
(carimbo e assinatura do representante legal)

OBS. Assinalar com um "X" a condição da empresa.
Este formulário deverá ser entregue à Comissão juntamente com os envelopes "A" e "B", pelas empresas que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006

X



ANEXO VI

MINUTA DE DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA E INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO SUPERVENIENTE A HABILITAÇÃO

Ref.: TOMADA DE PREÇOS Nº ____/2023

(NOME E QUALIFICAÇÃO DO FORNECEDOR), **DECLARA:**

a) sob as penas da lei, para todos os fins de direito a que se possa prestar, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto ao Município de _____, Estado do Ceará, que concorda integralmente com os termos deste edital e seus anexos;

b) que inexistente qualquer fato superveniente impeditivo de nossa habilitação para participar no presente certame licitatório, bem assim que ficamos ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, nos termos do art. 32, §2º, da Lei n.º 8.666/93.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei

_____/CE, __ de _____ de 2023.

Carimbo e assinatura do representante legal da empresa.

ANEXO VII

MODELO DE PROCURAÇÃO

Ref.: TOMADA DE PREÇOS Nº ____/2023

OUTORGANTE: (Nome e qualificação COMPLETA)

OUTORGADO: (Nome e qualificação COMPLETA)

PODERES

Apresentar documentação e propostas, participar de sessões públicas de abertura de documentos de habilitação e de propostas, assinar as respectivas atas, registrar ocorrências, formular impugnações, interpor recursos, renunciar ao direito de recurso, renunciar a recurso interposto e assinar todos os atos e quaisquer documentos indispensáveis ao bom e fiel cumprimento do presente mandato.

.....
(local e data)

.....
(carimbo e assinatura do representante legal)

Obs: Se particular, deverá ter firma reconhecida em cartório, e ser elaborada em papel timbrado da licitante e assinada por representante legal ou pessoa devidamente autorizada, sendo necessário comprovar os poderes do outorgante para fazer a delegação acima.